

**FANTASIA PARA DOIS CORONÉIS E UMA PISCINA**

**MÁRIO DE CARVALHO**

**LISBOA: CAMINHO, 2003**

Maria de Fátima Pinto Miranda

fa\_miranda@yahoo.com

Aluna finalista do 1º ciclo do curso bietápico de Línguas e Secretariado

Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Cultura Contemporânea Portuguesa

(ano lectivo de 2005/2006)

Mário de Carvalho publicou, em 2003, *Fantasia para Dois Coronéis e Uma Piscina*, que lhe valeu o prémio PEN Clube Português para a melhor obra de ficção nacional. O autor acrescenta assim ao seu extenso rol mais uma honrosa distinção nas artes literárias. Com efeito, viu galardeada a maior parte dos seus livros, em diversos géneros literários, desde o romance ao conto, passando pelo teatro. Da sua obra destaca *O Livro Grande de Tebas, Navio e Mariana*, de 1982, e *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*, de 1994, aquele por ter sido o primeiro livro premiado do autor, este pela aclamação entusiástica da crítica e pelos vários prémios que lhe foram atribuídos.

“Cronovelema” é o termo criado por Mário de Carvalho para classificar a sua *Fantasia para Dois Coronéis e Uma Piscina*, um sub-género peculiar do romance, repleto de artifícios narrativos que subvertem as convenções literárias, com avanços e recuos na acção, interpelações ao leitor e diálogos entre o narrador e as próprias personagens.

*Fantasia para Dois Coronéis e Uma Piscina* é um retrato fiel e satírico da sociedade portuguesa contemporânea, que abrange vários níveis e registos da linguagem. De facto, a variedade de léxico utilizada na obra é excepcional, pelo que o leitor incauto ver-se-á obrigado a consultar o dicionário, quer em busca do significado daquela palavra de registo mais cuidado, quer para confirmar aquele termo de registo

popular, que lhe trará de volta as reminiscências dos tempos “lá da terra” que ele, agora “da cidade”, pretendia estarem há muito esquecidos.

A ficção transporta-nos pelo nosso dia-a-dia, pois são inúmeras as alusões explícitas e implícitas aos hábitos e práticas dos portugueses, através de personagens também elas representativas de determinados grupos e estratos da nossa sociedade.

Contextualizando:

A narrativa desenrola-se na actualidade, reflectindo sobre um Portugal no final do século XX e início do século XXI, três décadas após o 25 de Abril, membro da União Europeia, um ponto alçures no Globo. O espaço da acção é essencialmente o pacato Alentejo, sendo também mencionadas Lisboa, Goa e África, durante o período de ocupação colonial.

Por entre tantas alusões da obra à nossa realidade, opto por destacar o colectivo “povo”, que planeia muito mas pouco faz; que gosta de mostrar o que tem, escondendo o que é; que não se preocupa com o que diz nem como o diz; que prefere a “chicoesperteza” ao uso do direito de cidadania; que se importa apenas com o seu bem-estar, nem que isso implique o mal de outrem, sendo que esse outrem pode ser o património e o meio-ambiente; que é incivilizado e tanto, tanto mais.

De facto, somos um povo digno de estudo (aí está o pedantismo lusitano, pois todos os povos são dignos de estudo). Não é Mário de Carvalho um antropólogo que o vá fazer, mas é ele que, com a sua sátira, vai despertar o espírito crítico do leitor, dando-lhe argumentos para que possa avaliar criticamente se aquilo com que se depara no dia-a-dia será o mais dignificante ou – pelo contrário – o mais humilhante de uma nação.

Os Personagens *versus* os Portugueses:

Optei por aprofundar apenas os personagens a quem o próprio autor deu maior importância. Entre estes destaca-se naturalmente Emanuel Elói, jovem alentejano cheio de sonhos e fantasias, que conquista facilmente a simpatia dos seus conterrâneos e do leitor. Protegido pelo seu Deus “passeando pela brisa da tarde”, Elói percorre o Alentejo de lés-a-lés, verdadeiro “trotamundos” (p. 14), qual português com seus deuses, na época dos Descobrimentos e nas páginas d’*Os Lusíadas*. Elói reparte o seu tempo pela actividade de vedor de águas, que lhe vale uns trocos, e pelos jogos de xadrez, que lhe dão prazer. Pelo meio, vai sendo agraciado com várias raparigas que

lhe caem nos braços, em situações mais ou menos cómicas, das quais sabe sempre tirar partido.

No que toca ao xadrez, os conhecedores das regras e meandros deste jogo acharão particularmente hilariante toda a descrição que envolve a partida simultânea em Grudemil, onde é visível a geral falta de sensibilidade para qualquer actividade que não toque o “popularucho”, ou o jogo com o violento Januário, “jogador desde o tempo da tropa” e absoluto desconhecedor das regras, mas que insiste na atribuição de um grau académico ao “mestre” de xadrez. Na sua actividade de vedor de águas, Emanuel vai conseguindo convencer os clientes com manobras de verdadeiro actor (a água está sempre “a uns 25 metros de profundidade”), apesar das evidências científicas a tal se oporem.

O Coronel Bernardes e o Coronel Lencastre – os *Dois Coronéis* do título – são efectivamente dois coronéis aposentados, ex-combatentes em África. Apesar de terem vidas pessoais diferentes, partilham recordações e práticas dos tempos militares. A piscina do Coronel Bernardes é eleita a confidente das suas memórias: a sua função não é afundar nas suas águas as amarguras dos coronéis, pois estes nunca lá mergulharam, mas antes servir-lhes de companhia e pretexto para intermináveis conversas.

Maciel Bernardes, o Coronel Bernardes, vive um casamento de aparência com a latifundiária Maria das Dores, que lhe é infiel e que o desafia sempre que pode. Infeliz, refugia o seu desgosto no uísque que bebe às escondidas e em pequenos entretenimentos, como cuidar da piscina, ver telenovelas, ler uma qualquer leitura dita *light* e conversar com o seu companheiro, o Coronel Lencastre, o único que o compreende. O Coronel Bernardes tem sempre consigo a sua Uzi, a metralhadora que usou no serviço militar e que o protege do inimigo (esteja ele onde estiver).

O seu vizinho e amigo, Amílcar Lencastre, o Coronel Lencastre, é de origem brâmane, membro de uma família abastada de Goa. Deu ao filho, Nelson, uma educação rígida, tal como a que ele próprio recebera. Não resultou, pois os tempos são outros e esse tipo de educação não se adequa à era de liberdade de expressão em que vivemos. O Coronel Lencastre troca a agitação da cidade de Lisboa pela paz da aldeia do Alardo, enquanto tenta esquecer os problemas com o filho.

Maria das Dores e Maria José são as esposas dos coronéis. Maria das Dores é a proprietária dos terrenos alentejanos onde vive com o marido e é ela quem financia a construção da piscina. De boas famílias, com boa formação, estudou em colégios

caros, é licenciada em História da Arte e está a preparar uma tese de mestrado. Seria de prever que uma pessoa assim educada se comportasse como uma “senhora”, mas o autor optou pelo choque e dotou esta personagem de um vocabulário vernáculo e de um feitio rebelde. No fundo infeliz como o marido, inferniza a vida do coronel como forma de vingança pessoal.

Maria José é o oposto de Maria das Dores. Proveniente do seio de uma família de militares, apesar da severidade da sua educação, frequentou o liceu normal, licenciou-se em Física na universidade pública e deu até aulas, temporariamente. Adaptou-se rapidamente à vida no campo e vive um casamento feliz, apenas ensombrado pelo filho problemático. A sua vivência é discreta mas sábia: com grande perspicácia, sabe lidar com o autoritarismo do marido e consegue amenizar a relação deste com o filho.

Nelson encarna o eterno rebelde sem causa, com problemas de integração, dividido entre a força do pai e a delicadeza da mãe. Faz-se acompanhar da namorada, Neusa, e do amigo Tiago, também eles com dificuldades relacionais com a geração dos pais, que designam de “gerações caducas” (p. 159). Demonstram a sua rebeldia com a inscrição de *tags* nas placas das estradas, mostrando à sociedade que existem e que têm opinião, apesar de pertencerem à denominada “geração rasca”.

Januário é conhecido dos coronéis desde os tempos de militar. Não fez carreira, tendo-se antes dedicado a negócios obscuros que lhe renderam o título de pessoa respeitada lá na terra. É o representante do novo-rico português, isto é, daquela pessoa que tem dinheiro mas que não tem classe nenhuma, como demonstram os exemplos: “chegou-se a uma mesita em forma de carro de bois”, “enchia de uísque um grande copo de conhaque”, “enfiava as gambas inteiras na boca, mastigava-as e cuspiu os tegumentos esmagados para o prato” (p. 57). A descrição da sua figura também não deixa dúvidas sobre o evidente mau-gosto: “blaser preto, com botões redondos de lata dourada, calça amarelo-torrado, e camisa cor-de-rosa, duma marca anunciada na televisão” (p. 52). Possui o máximo de objectos conotados com dinheiro e poder: vivenda vistosa, carro potente, ouro e objectos dourados e até os seus cães são de raças ferozes. Alardeia que “até conhece professores e engenheiros” (pp. 52 e 189), não se coíbe de explorar o trabalho proveniente da imigração clandestina e afirma que não paga as dívidas, porque “pagar só em tribunal” (p. 189), fazendo passar a ideia de um país onde o crime compensa.

Eleutério é o homem dos sete ofícios, bem característico do país luso. Não é especialista em nada, mas faz uns biscates em toda a parte. Tem muitos projectos para negócios que nunca concretiza, pois, na verdade, o verdadeiro empreendedor seria sempre o seu cunhado. Nos seus planos, antes do investimento no projecto em si, estão as realizações pessoais, como os presentes para a namorada e o jogo de matraquilhos. Eu arriscaria continuar: o carro de gama alta para si, outro carro idêntico para a esposa, sem esquecer o filho, a vivenda na zona de prestígio, a roupa na loja de marca, a viagem ao lugar mais exótico. E, só então, se restasse alguma parte do lucro, poderia talvez comprar umas máquinas, modernizar aquela parte da empresa...

O tio de Emanuel (o actual amante de Maria das Dores) foi colocado na obra para desmistificar alguma tendência misógina que pudesse ser atribuída ao autor, nas palavras do próprio. Preocupado com o “ingénuo” sobrinho, surge para o aconselhar no que toca às mulheres. Contudo, a sua experiência baseia-se simplesmente naquilo que ele designa de “teoria da triangulação” (p. 165), uma hilariante estratégia de enganos.

Ficção *versus* Realidade:

O silêncio é incómodo para o português (p. 127), ele fala, falaja, dá à taramela, enfim, “desunha-se a falar” (pp. 10-11). Vem um que fala; a seguir vem outro português que explica o que o anterior disse; depois mais um que não concorda e logo outro que lhes dá razão, e assim sucessivamente. É vê-lo deslumbrado pela sua própria verborreia. Quem nunca assistiu a um daqueles longos discursos inadequados à plateia, que mais parecem um monólogo de palavras ditas “caras” e sem um propósito definido? Provavelmente o seu objectivo é mesmo esse: deslumbrar, digo, enfadar o ouvinte e desmotivar qualquer tentativa de descodificação da mensagem. Algo muito visível na área científica, onde se fala de modo a que o ouvinte não compreenda e assim não se apodere do precioso conhecimento.

Também conhecemos o fala-barato que, tirando o preço das palavras, tem um efeito semelhante: fala muito mas não diz nada, fazendo justiça ao ditado popular “quem muito fala pouco acerta”. Neste caso, o que interessa é falar em quantidade, vencendo o ouvinte pelo cansaço auditivo. Vem-me à ideia aquela criança-adulto que fala muito para disfarçar as suas fraquezas: Portugal é um país de faladores... seremos nós uma nação que precisa de disfarçar alguma mediocridade?

O português típico está sempre pronto a emitir a sua opinião, quer esta lhe seja solicitada ou não, “eu não acho bem”, “eu acho que sim”, mesmo que a fundamentação para o achar ou não achar termine num redundante “é assim, porque é”. Contudo, o português fala muito, especialmente se não tiver que assumir a responsabilidade daquilo que diz. Daí resulta que raramente coloca no papel uma reclamação, mesmo após longas e repetitivas sessões verbais, para citar apenas um exemplo do nosso quotidiano. Se me alongasse nesta dissertação, acabaria no político que, de tão fascinado com o seu discurso, sempre que conveniente esquece o seu conteúdo.

Lamentavelmente, falar muito não é sinónimo de preocupação com a língua. *Fantasia para Dois Coronéis e Uma Piscina* dá-nos exemplos de erros comuns no uso do português, como o “trázio” (p. 55). Podemos continuar a espreitar as páginas que se referem à festa em Grudemil, ricas em exemplos de mau português, ou comentar o tipo de vocabulário de Maria das Dores, composto maioritariamente por “palavrões”, ou o discurso de Nelson e seus amigos, repleto de calão. Em contrapartida, verificamos a tentativa inútil de Maria José corrigir a linguagem do filho, que radica na frase lapidar: “quem é que liga a isso da gramática” (p. 75).

Confundem-se com a nossa realidade os vários exemplos de falta de civismo e de educação mencionados na obra. A sua enumeração seria longa e constrangedora (afinal, também sou portuguesa), pelo que focarei apenas a falta de civismo nas estradas, por ser a que acarreta mais graves consequências e a que mais nos envergonha nas estatísticas. É muito lusitano conduzir e falar ao telemóvel, como fazem Emanuel ou Eleutério na sua bicicleta; buzinar à noite, feito atribuído à delicada Maria José; conduzir a alta velocidade ou alcoolizado, como o Coronel Lencastre depois de sair do restaurante; ter os máximos sempre ligados; estacionar em segunda fila e abandonar a viatura, como acontece na festa de Grudemil. Tudo isto associado a estradas em más condições, com falta de indicações e pouca vigilância policial.

Mário de Carvalho critica o nosso incontestável desprezo pelo meio-ambiente ao descrever a reacção paternalista e descuidada de Januário, como que confrontado com uma qualquer puerilidade, à preocupação de Emanuel com o incêndio que poderia deflagrar no pinhal devido ao fogo de artifício (p. 57). O pastor não se coíbe de dar um pontapé na sua ovelha, vendo nela apenas um meio para extorquir dinheiro ao Coronel Bernardes (p. 42); as corujas são empalhadas e exibidas como troféus de

caça (p. 192); após as obras, as máquinas são abandonadas na charneca e o entulho é largado nas bermas das estradas (p. 20); as plantações de eucaliptos grassam por todo o lado, até onde há falta de água, como no Alentejo. Isto para não falar na piscina dos coronéis, construída sem ter em conta o enquadramento na paisagem. Estes são apenas alguns exemplos suficientemente esclarecedores da insensibilidade dos portugueses para com as questões do meio-ambiente.

Mas também aqui encontramos bem documentada a falta de preocupação com o património, na leviandade com que Desidério, Eleutério e Felismina destroem os vestígios encontrados aquando das escavações para a construção da piscina (p. 128). Teriam um valor histórico incalculável aquelas ânforas dos tempos dos mouros, se naquelas três cabeças iluminadas não tivesse soado o tilintar dos cifrões, que bloqueou os neurónios com a alusão às moedas de ouro! O resultado foi uma amálgama de cacos soterrados no fundo da piscina... e moedas de ouro, nem vê-las.

Para esquecer a crise, as obrigações e a geral impunidade, ao português de *Fantasia para Dois Coronéis e Uma Piscina* resta-lhe o futebol. Nada melhor do que ver um jogo de futebol, onde tudo é permitido a bem da libertação do *stress*. Insultam-se os protagonistas do jogo e suas mães; insulta-se o amigo porque é da equipa adversária; esmurra-se o vizinho da esquerda porque festejou um golo que não é golo e o da direita porque está de acordo com o da esquerda. Tudo a bem da saúde, porque o *stress*, está provado, pode causar enfarte do miocárdio. E temos ainda aqueles que, integrados num grupo – neste caso, a claque –, devem agir em consonância com as suas práticas, em prol da tão necessária integração, sempre dependentes do líder do grupo, cujos comportamentos mais habituais sugerem o animalesco. Na obra de Mário de Carvalho é cruel o retrato da actuação das claques, que culmina na destruição dos locais por onde passam.

Num país de futebol, o sonho de um mestre de xadrez só pode ser compreendido por uma minoria. Em Portugal, um desporto que movimenta o intelecto não movimenta as massas. Daí que o autor retrate vários personagens pretensamente interessados no assunto – até com entrevistas à mistura – mas que, quando confrontados com situações simples, deixam transparecer a sua falta de informação: Alekhine e Capablanca são “lérias”; ao mencionar as notações “falamos chinês (...) eu quero é que você me diga as jogadas”. Mas ter um tabuleiro no móvel da sala ou apregoar que se joga xadrez está conotado com inteligência, mesmo quando o “saber jogar” implica deturpar as regras e gritar “afinfo-lhe com os dois cavalos” (p. 59).

Em Conclusão:

Não me alongo mais em considerações sobre as práticas e representações culturais portuguesas subjacentes na obra de Mário de Carvalho. Debrucei-me sobre as mais relevantes, apesar da pena que me deixa não falar, por exemplo, do hábito lusitano de confiar mais nos amigos do que nos técnicos (vide o caso do Coronel Bernardes, quando decide construir a piscina), da disponibilidade dos portugueses para ajudar (e muitas vezes atrapalhar), da mudança de hábitos dominicais (como visitar estações de serviço e centros comerciais), da proliferação das lojas chinesas, da infundável burocracia, da difusão da música “pimba”, entre tantas outras.

*Fantasia para Dois Coronéis e Uma Piscina* é um livro rico em exemplos caricatos do que é “ser português” hoje. Em cada página espreitam casos de ficção que rapidamente identificamos. Seria, de facto, fastidioso e até deprimente incluir mais comentários acutilantes sobre o país, mas a culpa reside em Mário de Carvalho e na sua obra, pois a sua genialidade estimulou um espírito já de si crítico.

*E agora silêncio... Ouço o melro a conversar com o mocho. Voaram directamente do Alentejo para o parapeito da minha janela: – Safa! Até que enfim! Estava a ver que também ela ia escrever um livro... – Viste? Se não aparecêssemos na janela, nem sequer uma palavra sobre nós!*